

Aos 13 dias do mês de novembro de 2025, às 08:00 horas, reuniram-se, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Alegria, os membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, nos termos das legislações em vigor, para analisar e APROVAR o esboço da Política Anual de Investimentos para o exercício de 2026 e tratar assuntos pertinentes.

O Presidente fez abertura da reunião dando as boas vindas a todos os conselheiros. Para deixar registrado, no dia 06 de novembro do ano de 2025 os vereadores reuniram-se para tratar sobre a reforma da Previdência, através de video chamada com a juríca Danielli Barbosa, da empresa de assessoria Referência e Risco, para esclarecer alguns pontos da Lei da Reforma. Foi comentado na reunião que o Conselho esteve sempre a disposição para esclarecer quaisquer dúvidas referente, a partir deste momento o projeto está a disposição do Legislativo para aprovação ou não. Foi também solicitado, novamente, a prestação de contas por parte da contabilidade.

A Política de Investimentos foi elaborada em parceria com a consultoria Referência, e a meta da PI será de (INPC ou IPCA + 5,XX% a.a) seguindo as premissas da taxa-parâmetro fixadas na Portaria MPS nº 2.010/2025, sendo que a estratégia-alvo ficou fixada em 100%.

Observou-se que o presente documento foi elaborado conforme determina a Resolução CMN 4.963/2021 e a Portaria 1.467/2022.

A política monetária a ser conduzida pelo Banco Central do Brasil precisará, mais uma vez, encontrar adequado equilíbrio entre o controle da inflação e o incentivo ao crescimento econômico, com as projeções mais recentes para o IPCA e a Selic — ambas em recuo em relação a 2025 — já servindo como importante sinalizador de otimismo para o mercado em 2026.

Com o espaço fiscal cada vez mais restrito, a tendência de que medidas governamentais consigam mitigar os efeitos de uma política monetária contracionista torna-se menos provável, sendo importante frisar que as previsões de PIB para o próximo ano indicam nova desaceleração econômica. Ainda sob o aspecto fiscal, conclui-se que o governo mantém dificuldades em transmitir ao mercado de que forma será alcançado o prometido equilíbrio das contas públicas, o que eleva as incertezas quanto à real viabilidade do superávit primário no próximo exercício.

Diante desse cenário, a preferência permanece por títulos de prazos mais curtos, ao menos no primeiro semestre de 2026, período em que a rigidez da política monetária tende a se manter. Contudo, uma vez que a inflação se mostre efetivamente controlada, acompanhada da esperada redução da Selic e de um cenário externo menos volátil — em especial após estabilização das relações comerciais —, as opções de prazo mais longo poderão novamente se tornar atrativas, repetindo o desempenho observado em boa parte de 2025.

Em outras palavras: o primeiro semestre de 2026 poderá servir como um importante termômetro quanto aos rumos da inflação no Brasil, o que, em última instância, exercerá papel fundamental na condução da política monetária, especialmente na definição da Selic.